

24º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

CADERNO DE QUESTÕES

GRADUAÇÃO EM DIREITO

Prezado(a) candidato(a),

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO, enquanto aguarda o sinal de início da prova:

1. Aguarde a autorização do fiscal de sala para início da prova;
2. O caderno de provas deverá conter 20 (vinte) questões do tipo múltipla escolha e 1 (uma) questão discursiva, distribuídas nas páginas 2 a 5; havendo qualquer anormalidade, solicite a imediata substituição ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova;
3. Só há uma resposta certa por questão objetiva, assinale-a na folha de respostas preenchendo completamente o quadro correspondente à letra escolhida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Atenção: é preciso preencher por completo conforme o desenho onde, no exemplo, está assinalada a alternativa “E”:

Nº	A	B	C	D	E
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4. Na questão discursiva atenha-se ao número de linhas indicado. O conteúdo que exceder o limite não será, de modo algum, considerado. Na folha de resposta discursiva não deverá ser feito qualquer sinal fora dos lugares reservados às respostas;
5. É vedada a inclusão de anotação na folha de respostas discursivas que possibilite a identificação do autor da prova, qualquer anotação que possibilite identificar o autor da prova ensejará a anulação desta.
6. Utilize caneta de tinta azul ou preta ao preencher a folha de resposta discursiva;
7. Não haverá substituição das folhas de respostas;
8. Não será permitido o uso de telefone celular ou qualquer outro aparelho de comunicação, que deverão permanecer desligados durante a prova;
9. Não será permitida consulta a impressos ou equipamentos elétricos ou eletrônicos;
10. É proibido o uso de Smart Watch durante a prova, devendo o candidato desligar e retirar do pulso, guardando-o junto com seus pertences.
11. Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas;
12. A prova terá duração de 4 (quatro) horas e ao final do tempo previsto as Folhas de Respostas serão recolhidas, ainda que parcialmente preenchidas. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação;
13. Será eliminado do concurso o candidato que faltar com o respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou com os demais candidatos, for flagrado utilizando-se de qualquer meio em tentativa de burlar a prova, for responsável por falsa identificação pessoal, ausentar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou retirar da sala as Folhas de Respostas;
14. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e deixe o local de provas;
15. O candidato poderá levar o caderno de questões após 3h30 (três horas e trinta minutos) de prova;
16. Após conferir sua prova e folha de resposta, assine nos locais indicados.

Boa prova! Escreva seu nome por extenso no campo abaixo:

CANDIDATO(A):	
---------------	--

QUESTÕES OBJETIVAS

Questão 1) Considerando o previsto na Constituição Federal acerca do Ministério Público, é possível afirmar que:

- a) O Ministério Público é instituição que faz parte do Poder Executivo, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional.
- c) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- d) É função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- e) A ação penal pública não é função privativa do Ministério Público.

Questão 2) Conforme a Constituição Federal, aos juízes federais NÃO compete processar e julgar:

- a) As causas envolvendo direitos individuais dos indígenas.
- b) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- c) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- d) Os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
- e) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

Questão 3) Sobre o Procurador-Geral da República, é CORRETO afirmar que:

- a) Somente o Procurador-Geral da República pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
- b) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União e dos Estados, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria

absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

- d) O Procurador-Geral da República compõe o Conselho Nacional do Ministério Público, mas não o preside.
- e) O Presidente da República pode exonerar o Procurador-Geral da República, a qualquer tempo.

Questão 4) Acerca dos temas direitos políticos e nacionalidade, é CERTO afirmar que:

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 16 anos.
- b) No Brasil, estrangeiros podem ser candidatos a senador, deputado estadual e federal, mas não podem se candidatar a Presidente da República.
- c) Para concorrerem a outros cargos o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.
- d) Os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República são privativos de brasileiro nato.
- e) Os analfabetos são obrigados a votar e podem se candidatar somente ao cargo de vereador.

Questão 5) Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (Lei n. 6.938/81), é INCORRETO afirmar:

- a) Um dos objetivos da PNMA é o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- b) O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA.
- c) São alguns dos instrumentos previstos na mencionada lei, com o fito de implementar a PNMA, resguardando um meio ambiente ecologicamente equilibrado: zoneamento ambiental, avaliação de impactos ambientais e o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
- d) O presidente do IBAMA é também o presidente do CONAMA.
- e) Um dos princípios previstos no art. 2º da Lei n. 6.938/81 é a proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas.

Questão 6) Sobre a administração direta e indireta, NÃO é possível afirmar que:

- a) Há hipóteses de cargos, empregos e funções públicas inacessíveis aos estrangeiros.
- b) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- c) O direito de greve é exercido sem qualquer limite legal.

d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

e) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Questão 7) Quanto a responsabilidade e dano ambiental, NÃO é possível afirmar:

a) A responsabilidade civil do dano ambiental, de acordo com o que vem entendendo a doutrina e jurisprudência majoritária, é objetiva, informada pela teoria do risco integral.

b) A obrigação de reparar o dano ambiental é *propter rem*, sem prejuízo da solidariedade entre os vários causadores do dano.

c) De acordo com a doutrina do risco integral, é possível aplicar o caso fortuito e a força maior como excludentes da responsabilidade pelo dano ambiental.

d) O Ministério Público tem legitimidade de propor ação civil pública visando a buscar reparação por danos ambientais ocorridos.

e) Segundo a norma constitucional, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Questão 8) A Lei n.º 14.230/2021 instituiu diversas modificações à Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1990). Dentre as afirmações elencadas abaixo, qual texto NÃO traz modificação incluída pela nova lei:

a) Fechou o rol aberto do art. 11, que previa as hipóteses de atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, transformando-o em rol taxativo.

b) Foi introduzida, expressamente na lei, a possibilidade de celebração, pelo Ministério Público, de acordo de não persecução civil, nas hipóteses elencadas.

c) Atualmente, exige-se dolo específico nas hipóteses de atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

d) A modalidade culposa foi retirada do sistema de combate à improbidade administrativa.

e) Transformou em crime a representação por ato de improbidade administrativa contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Questão 9) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal de Federal, assinale alternativa ERRADA:

a) A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante

delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

b) Sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo.

c) É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

d) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.

e) A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada.

Questão 10) Em 04 de julho de 2022, após trinta e cinco anos de serviço público federal, R.A.M., professor catedrático de Processo Penal da Universidade Federal da Bahia - UFBA, ministrava a sua última aula na faculdade de Direito da UFBA antes da merecida aposentadoria, que ocorreria em 08 de julho de 2022. V.V.C.J., o mais ilustre aluno do mencionado catedrático, minutos antes do término da aula, o indagou sobre o conteúdo a ser exigido na prova final de Processo Penal do semestre. O professor, sem titubear e demonstrando imensurável satisfação, respondeu ao aluno: "VAI CAIR TUDO". Irresignado pelo fato de não querer estudar todo o conteúdo programático da matéria para a prova final do semestre, V.V.C.J. esperou o término da aula e, em via pública, fora dos limites territoriais da Universidade Federal da Bahia, desferiu nove tiros em R.A.M., que veio a falecer somente no dia 09 de julho de 2022, quando já estava aposentado. Diante de tais fatos, assinale a alternativa CORRETA.

a) O julgamento dos crimes dolosos contra a vida compete ao Tribunal do Júri, órgão exclusivo da Justiça Estadual.

b) O homicídio doloso em questão deve ser julgado pelo Tribunal do Júri na Justiça Estadual, pois, no momento da consumação do crime, o professor já estava aposentado do serviço público federal.

c) O homicídio doloso em questão deve ser julgado pelo Tribunal do Júri na Justiça Estadual, pois os fatos ocorreram fora dos limites territoriais da Universidade Federal da Bahia.

d) No caso em análise, compete ao Tribunal do Júri na Justiça Federal o julgamento do homicídio doloso.

e) Compete à Justiça Federal julgar qualquer crime cometido contra um servidor público federal.

Questão 11) Acerca dos Princípios do Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) O princípio da Obrigatoriedade é incompatível com os institutos da justiça penal consensual.

b) O princípio Acusatório pressupõe um processo de partes: *ne procedat iudex ex-officio* e os seus consectários lógicos.

c) Por força do princípio do Contraditório, o investigado/réu deve sempre ser ouvido antes da adoção de qualquer medida cautelar no inquérito policial ou no processo penal.

d) O dever do Ministério Público de sempre recorrer da sentença penal absolutória para que a demanda seja analisada pela instância superior é uma imposição do princípio da Indisponibilidade.

e) Como corolário do princípio da Verdade Real, compete ao Ministério Público demonstrar a verdade absoluta dos fatos, devendo provar a tese acusatória e refutar todas as teses de defesa, por mais inverossímeis ou esdrúxulas que sejam. Dessa forma, o estado mental de certeza absoluta é exigido para a prolação da decisão condenatória.

Questão 12) Sobre os crimes contra a honra pode-se afirmar:

a) O crime de injúria racial é imprescritível.

b) A liberdade de expressão não admite a manifestação de opiniões jocosas, satíricas ou errônea de fatos, prevalecendo, nesses casos, a defesa da honra objetiva do ofendido.

c) Respalçado na dimensão ecológica da dignidade e direitos do animal não humano, admite-se crime contra a honra subjetiva dos animais não humanos.

d) As decisões judiciais somente são passíveis de análise crítica em juízo. Qualquer crítica feita por um agente externo ao processo ocasionará a responsabilidade por crime contra a honra do magistrado.

e) Os crimes contra a honra não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, a qual tem como vetor axiológico a liberdade de expressão na sua mais ampla forma.

Questão 13) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) Com a alteração trazida pela Lei 12.683/12, o sistema normativo brasileiro sobre lavagem de dinheiro passou a ser considerado de terceira geração, em que qualquer infração penal antecedente pode funcionar como crime pretérito para a lavagem de dinheiro.

b) Com o advento da Lei nº 11.343/06, a conduta de adquirir e guardar drogas para consumo pessoal passou a ser um fato penal atípico.

c) A conduta de portar documento público ou privado falso é penalmente irrelevante.

d) O bem jurídico tutelado nos crimes contra o Sistema Financeiro não se confunde com o patrimônio das instituições financeiras.

e) O crime de frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório é formal e prescinde da existência de prejuízo ao erário, haja vista que o dano se revela pela simples quebra do caráter competitivo entre os licitantes interessados em contratar, causada pela frustração ou pela fraude no procedimento licitatório.

Questão 14) Assinale a alternativa CORRETA:

a) O erro de proibição consiste na ignorância da lei, que exclui o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade.

b) Entende-se como tentativa de homicídio a conduta de conspirar para a morte de autoridade pública, mesmo que a execução não tenha sido iniciada.

c) Imputabilidade penal é a aptidão pessoal de entender o caráter ilícito dum fato e determinar-se de acordo com esse entendimento.

d) O Direito Penal pátrio não reconhece conseqüências jurídicas decorrentes do excesso numa causa justificante.

e) O crime de corrupção ativa consuma-se com a entrega da vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

Questão 15) De acordo com a Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a opção CORRETA:

a) Apenas o superior hierárquico poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

b) É vedada, na ação por improbidade administrativa, a formulação de pedido de indisponibilidade de bens dos réus.

c) É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida.

d) É vedado ao Ministério Público Federal a celebração de acordo de não persecução civil.

e) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio implicarão confissão.

Questão 16) Sobre os recursos no Processo Civil, assinale a opção CORRETA:

a) O Ministério Público, atuando no feito como fiscal da ordem jurídica, não pode interpor recurso.

b) O prazo para interposição de recurso conta-se a partir do dia seguinte da data em que o Ministério Público foi intimado da decisão.

c) O prazo do recurso de apelação é de 15 dias, contado em dobro para o Ministério Público.

d) É possível a interposição de agravo de instrumento contra despacho que designa audiência de instrução.

e) Cabe agravo de instrumento contra sentença que versar sobre a redistribuição do ônus da prova.

Questão 17) Sobre direito do consumidor, assinale a opção CORRETA:

a) O fabricante do produto apenas responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos

decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, se for comprovada a sua culpa.

b) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente pelo Ministério Público.

c) Ainda que tenha mais de um autor a ofensa, a responsabilidade pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo é individual.

d) Tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias.

e) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente.

Questão 18) Assinale a alternativa INCORRETA:

a) É justa a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

b) É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

c) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.

d) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.

e) O possuidor não tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, apenas direito de ser restituído no caso de esbulho, e de ser segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

Questão 19) Assinale a alternativa CORRETA:

a) É vedado ao membro do Ministério Público instaurar Inquérito Civil com o fim de aprofundar a investigação acerca da prática de suposto ato ímprobo.

b) A audiência pública é um instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público Federal, utilizada para colher subsídios para a instrução de inquéritos civis públicos.

c) É vedado ao membro do Ministério Público emitir recomendações a órgãos públicos, para que cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais.

d) O membro do Ministério Público pode firmar termo de ajustamento de conduta com autarquia federal, desde que devidamente autorizado pelo Presidente da República.

e) Nenhuma das opções estão corretas.

Questão 20) Assinale a alternativa CORRETA:

a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

b) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica apenas nos processos que envolvam interesse público ou social e interesse de incapaz.

c) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes e não poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

d) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social.

e) As ações civis públicas serão propostas no foro da capital do Estado onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

QUESTÃO DISCURSIVA

Questão discursiva 1)

Discorra, em no máximo 20 linhas, sobre as principais alterações promovidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021)

rascunho

rascunho